



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 20/2016

Da reunião pública extraordinária da Câmara Municipal de Alcouthim

Realizada em 31 de outubro de 2016


----- Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública extraordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino Dalila Barros e José Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor presidente declarou aberta a reunião pelas catorze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----


----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de


 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei aprove o Orçamento, as Grandes Opções do Plano e o Mapa de Pessoal para o ano de 2017. -----

----- O presidente da Câmara interveio para proferir o seguinte discurso que se passa a transcrever: “ *O Orçamento para 2017, assim como as Grandes Opções do Plano, configuram os últimos documentos provisionais do quadriénio para o qual este executivo foi eleito, pelo que, e para que se possa compreender de forma integrada a gestão municipal levada a cabo e as ações que se pretendem realizar no próximo ano, importa fazer um balanço global destes três anos de mandato, nomeadamente no que diz respeito aos seus constrangimentos, e resultados obtidos em termos de implementação da estratégia de desenvolvimento “desenhada” para o nosso concelho. Antes de mais, é relevante fazer uma análise contextualizada do cenário macroeconómico e social no qual estes últimos exercícios decorreram e das suas consequências no âmbito da ação municipal: Contrariamente ao que havia acontecido nas últimas décadas, 2013, no ano em que teve início este mandato, Portugal estava mergulhado numa grave crise económica/financeira, o que se repercutiu em alterações legislativas, com implicações ao nível das finanças locais, entre outros aspetos através de medidas que integraram os Orçamentos de Estado de 2014 e 2015, e que consequentemente, derivaram numa maior perda de autonomia financeira, de gestão/contratação de recursos humanos e de capacidade de realização de ações e de concretização de objetivos, por parte do poder local. Contrariamente ao que havia acontecido nos anos anteriores, em 2013, foi também o ano em que terminou o anterior quadro comunitário e o hiato temporal, excessivamente longo, que coincidiu com grande parte deste mandato, e o arranque tardio do novo quadro, o Portugal 2020, para o qual só agora começa a ser visível a publicação de avisos para candidaturas fez com que, a globalidade, do investimento que fizemos durante o nosso mandato fosse exclusivamente feito, na sua grande parte, recorrendo a verbas da autarquia, o que, como é óbvio veio a ter um enorme impacto na redução da nossa capacidade de realizar obra e fazer investimento, comparativamente ao que havia acontecido, anteriormente. Toda esta*

conjuntura veio ainda, agudizar o fenómeno da desertificação à qual as zonas do interior, já por si, são muito suscetíveis, e que em Alcoutim é uma problemática que desde o primeiro momento, estamos apostados em inverter. No entanto, e apesar de todos os constrangimentos enunciados, conseguimos, apesar da escassez de recursos, fruto da nossa determinação, mas sobretudo de uma gestão responsável, isenta, eficaz, criteriosa e transparente, conseguimos, em três anos, criar poupanças superiores a 2 milhões de euros para aplicar em investimento. Ainda há muito por fazer, mas tendo em conta os poucos recursos disponíveis, também já muito foi feito: De forma a dar resposta a uma necessidade há muito reivindicada pela população construiu-se o Lar de Martim Longo, uma obra de cerca de 1,3 milhões de euros totalmente paga com fundos da autarquia, que contamos que inicie a laborar ainda este ano e que para além das valências que caracterizam uma unidade destas, criará empregos de forma direta e indireta; Não existia um espaço condigno para acolher eventos culturais ou de outra natureza em todo o concelho, pelo que reabilitámos um espaço completamente desarticulado com a realidade, e assim surgiu o Espaço Guadiana, como uma unidade multiusos e versátil podendo assim acolher uma panóplia de atividades. No âmbito das acessibilidades ampliámos e melhorámos a rede viária concelhia; Está em curso a obra da 2.ª Fase da Avenida, em Martim Longo, paga pela autarquia, sem qualquer cofinanciamento, a qual irá permitir alargar o perímetro urbano, que acreditamos que irá responder a uma crescente procura de habitação no concelho. Já se iniciaram as obras de construção do novo edifício que irá acolher, entre outras valências, o Espaço do Cidadão, em Martim Longo com vista a aproximar a administração da população e assim alavancar uma procura de serviços nesta e nas povoações circundantes. Concluiu-se a obra de remodelação do Edifício dos Paços do concelho; Estão em curso vários arranjos paisagísticos no concelho, que pretendem implementar melhorias nos Espaços Públicos, valorizando a sua envolvente, e tendo subjacentes o respeito pelo tecido urbano preexistente e pela cultura local; A nível da saúde, caracterizado pelo claro desinvestimento por parte da Administração Central nas unidades existentes no Concelho, foi desde a primeira hora, uma preocupação constante inverter tal política estando sempre na primeira linha



da frente nas reivindicações junto dos setores competentes, dotar as unidades de saúde dos recursos humanos necessários (médicos e enfermeiros) para dar resposta a toda a população. De forma a colmatar o défice declarado deste tipo de serviços essenciais, melhorámos o serviço prestado pela Unidade Móvel de Saúde e reforçamos os protocolos existentes nesta área, de forma a garantirmos uma melhor prestação de serviços aos cidadãos; No âmbito da ação social, reforçámos os apoios às famílias, procedemos à necessária revisão do articulado regulamentar existente e criámos novos instrumentos reguladores, dos quais destaco o Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitação Social; Criámos o Programa de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, que para além dos objetivos inerentes à sua própria designação, pretende contribuir para a dinamização do comércio local; Elevámos o nível da qualidade da água consumida, no concelho; Descentralizámos competências, através da sua delegação nas juntas de freguesia, permitindo dotá-las dos meios necessários para a prestação de um serviço público de maior qualidade, contribuindo, desta forma, para a aproximação do poder de decisão das populações, para a promoção da coesão social e territorial e para a melhoria das condições de vida dos cidadãos; Apostámos na modernização administrativa e criámos o Portal do Município; Com o objetivo de discutir os problemas do nosso concelho e definir soluções, organizámos as iniciativas “Alcoutim e o Futuro”, as “Jornadas do Mundo Rural”, e o focus-group “+ Alcoutim”; De forma a potenciar os produtos locais, designadamente a figueira e o figo da Índia, criámos o evento “Alcoutim-Capital do Figo da Índia, assim como apresentámos candidaturas ao PADRE para a criação de infraestruturas e valorização de produtos endógenos; Conseguimos trazer o Ensino Superior até Alcoutim, impensável até então, através do Mestrado em Gestão Sustentável de Espaços Rurais, fruto de uma parceria com a Universidade do Algarve, o que reflete o novo dinamismo que se pretende implementar; Hoje, o problema da antiga “Estalagem do Guadiana” faz parte do passado. Após um longo período de encerramento com o abandono intempestivo do anterior explorador do espaço, deixando para trás um cenário desolador e com dívidas ao Município, a sua abertura por parte de um novo operador através de um contrato de arrendamento resultante de um concurso público criterioso,



representará um reforço quantitativo e qualitativo no conjunto dos equipamentos turísticos disponíveis e, simultaneamente, um acréscimo ao nível da criação de emprego nesta área. A nível cultural e de lazer, temos vindo a promover um conjunto de atividades, que colocam Alcoutim nos mapas turísticos da região. A título de exemplo refiro o Festival de Caminhadas, Festival Gastronómico a concertação de uma estratégia uniforme, com a criação do Programa Com Vida e, para o ano 2017, e o primeiro festival do contrabando. Esta breve síntese daquelas que foram algumas das ações já realizadas ao longo deste mandato, e cuja verba para a sua realização, na sua maioria, foi única e exclusivamente proveniente dos reduzidos recursos da autarquia, sem recurso a apoios financeiros externos, mostra que apesar de não dispormos dos recursos de “outros tempos”, conseguimos, através de um diagnóstico realista e de uma gestão rigorosa obter resultados que concorrem para alcançar os objetivos possíveis, dada a adversidade do contexto em que os exercícios foram executados. Neste sentido, a Proposta de Orçamento Municipal para 2017 e das Grandes Opções do Plano que trago, hoje, a discussão, representa a continuidade do projeto de desenvolvimento que temos para o concelho de Alcoutim, e, o profundo respeito pelo cumprimento do compromisso assumido com os Alcoutenejos em 2013. Este Orçamento foi elaborado, a pensar nas Pessoas, e, para as Pessoas, que são, tal como sempre disse, a nossa primeira, segunda, terceira e única prioridade. Este é um Orçamento cujos pilares assentam na melhoria das condições de vida da população, na promoção do desenvolvimento sustentável e da coesão territorial e numa maior justiça social, ou seja, e em síntese, na contínua melhoria do serviço público prestado aos cidadãos. O Relatório do Orçamento Municipal para 2017, como tiveram, oportunidade de ler e constatar faz um resumo claro e objetivo do Orçamento e das GOP, assim como dos princípios que tiveram na base da sua elaboração, pelo que, de seguida irei apenas sublinhar alguns pontos que considero importantes: O primeiro ponto que importa sublinhar, é o facto de, o Orçamento que propomos cumprir a regra do “equilíbrio orçamental”, pois a previsão da receita corrente bruta é superior à soma da despesa corrente prevista com o valor da amortização média dos empréstimos a médio e longo prazo, o que nos permite, aumentar as verbas destinadas ao

investimento; O segundo ponto tem a ver com aquela que foi a nossa escolha em termos de definição e priorização de investimento, dado que, tendo em conta o valor previsto ao nível das despesas de capital, e mais especificamente, ao nível do investimento, não nos é possível realizar todos os projetos que temos para o concelho, da forma que desejávamos, com a brevidade pretendida, e do modo em que os Alcoutenejos são merecedores. Neste sentido a nossa priorizámos o investimento em ações que em nosso entender contribuem para inverter o processo de despovoamento, promovem a fixação de pessoas, a captação/fixação de investidores, a promoção de emprego e a melhoria das condições de vida da população, designadamente: a criação do novo Loteamento Urbano de Martim Longo;- criação de Hangares no Parque Industrial de Alcoutim; construção da ETAR dos Montes do Rio. Estes três novos investimentos absorvem quase metade do valor do investimento em causa, sendo que se aguarda a aprovação de candidaturas ao novo quadro comunitário para executar projetos estruturantes, que temos em carteira, mas cujas atuais receitas municipais previstas, não permitem suportar. O terceiro ponto que importa sublinhar refere-se à proposta de aplicação do saldo de gerência do corrente ano que ascenderá provisionalmente a 1,3 milhões de euros, e que no momento da sua aplicação em sede de revisão orçamental a aprovar pela Assembleia Municipal, será proposto que o mesmo seja aplicado nos projetos constantes no mapa das Grandes Opções do Plano, com atual dotação inferior à desejada, tais como: arranjos paisagísticos; construção, reparação e pavimentação de diversas estradas, e espaços verdes; abastecimento de água e saneamento; equipamento para a Praia Fluvial; aquisição de viaturas e reforço dos programas culturais, entre outros. Em síntese, e sem me querer alongar mais, dado que, tal como referi no início da minha intervenção, o Relatório do Orçamento Municipal faz um resumo claro e objetivo do Orçamento e das GOP, assim como dos princípios que tiveram na base da sua elaboração, importa salientar que este Orçamento, reflete uma visão estratégica integrada daquelas que são as potencialidades do concelho e permite a continuação de um forte investimento, tendo em conta aquela que é a nossa realidade orçamental, nas funções sociais e económicas, quer no se refere à melhoria das condições de vida dos que cá residem, quer no fomento

de novas políticas visam inverter a desertificação que assola o concelho, sendo, este o maior desafio que enfrentamos, e o qual estamos certos de que iremos vencer”. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para referir que *“estamos reunidos para aprovar”* um dos documentos mais importante para a gestão do município, dado que o mesmo contempla as grandes opções, orientações/estratégias que se pretendem implementar. Efetuou de seguida uma breve análise ao referido pelo presidente da Câmara, no que respeita às obras a executar e executadas, pelo executivo permanente e anterior, nomeadamente Edifício Espaço Guadiana, Rede Viária do concelho, Espaço de Cidadão, Edifício Paços do Concelho, Unidade Móvel de Saúde, Ação Social (apoio às famílias, natalidade), Qualidade da Água, Modernização Administrativa, Ensino Superior, Cultura, etc. Após essa análise, continuou a sua intervenção colocando as seguintes questões: o que é que o executivo permanente fez para garantir a qualidade da água, que o anterior não fez? Aquando da elaboração do Orçamento e na recolha de ideias/projetos foram ouvidos os munícipes, no âmbito do Orçamento Participativo (OP)? Quais as candidaturas e programas de ação, que estão em curso para Alcoutim. -----

----- O presidente da Câmara interveio para referir que *“nunca quis adornar-me daquilo que foram os contributos do passado, para aquilo que hoje é o presente, mas sim de uma forma responsável dar seguimento a um conjunto de obras que estavam planeadas”*, dando como exemplo a obra do Lar de Martim Longo. Quanto à rede viária informou que existiu uma reprogramação da candidatura existente, e junto da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR Algarve) conseguiram tornar elegíveis alguns investimentos, como a recuperação da ponte das Mestras e a ligação de Santa Cruz, *“e que quando se refere ao passado é apenas uma contestação quando os programas eram amigos dos investimentos, hoje é tudo completamente diferente, o que limita a sua atuação”*. -----

----- O vereador José Pereira interveio para recordar a inexistência de financiamento, há anos atrás, no que respeita à eletricidade nas povoações. ---

----- O presidente da Câmara continuou a sua intervenção, dando nota dos seguintes assuntos: -----

R

----- Edifício dos Paços do Concelho: informou que a obra encontrava-se concluída, no entanto, existiram alterações ao projeto, dado que o mesmo se encontrava desajustado, conseguindo-se um aumento do rácio da participação em termos retroativos, junto da CCDR; -----

----- Qualidade da Água: mencionou que é uma “*verdade empírica*” quando afirmou que o executivo permanente “*elevou os níveis de qualidade de água em Alcoutim*”, uma vez que “*efetuamos investimento nessa área, em zonas que estavam esquecidas*”. -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para referir que o presidente afirma os assuntos “*de forma demagoga*”, lembrando que o atual executivo apenas continuou um serviço que estava a ser estudado e elaborado pela Divisão de Obras. Findou referindo “*vocês é que são da ideia de tudo, ao afirmar que melhoraram a qualidade da água*”. -----

----- O presidente da Câmara interveio para referir que não corrobora com a apreciação explanada pelo vereador José Pereira, no que concerne ao ensino superior, tendo o vereador José Pereira explicado o porquê da sua análise. ----
O presidente continuou a sua intervenção solicitando a colaboração do vereador Paulo Paulino, para esclarecimentos adicionais, no que concerne às candidaturas existentes, tendo o vereador José Pereira alertado para o facto de o presidente não ter respondido à questão colocado sobre o OP, ao qual o presidente respondeu que “*os municípios são ouvidos todos os dias*”, e que retomará o OP quando as obras que foram iniciadas nesse processo se encontrem concluídas. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para mencionar que um dos projetos elencados na Modernização Administrativa é a georreferenciação dos “*montes*”, devido à inexistência de internet e que relativamente aos recursos naturais e cooperação transfronteiriça (Interreg) os mesmos prende-se com o desassoreamento da ribeira dos Cadavais, Centros de BTT (Alcoutim/Vaqueiros), Albergues (moinhos). Continuou dando nota das candidaturas ao Programa de Ação de Desenvolvimento Económico de Recursos Endógenos (PADRE), nomeadamente Hangar no Centro Náutico, Armazém da Zona Industrial, Cais Acostável (parte sul), bem como do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), a nível de eliminação de barreiras

R

arquitetónicas (parques de estacionamento, passeios pedonais). Findou informando as candidaturas efetuadas a nível de Saneamento Básico, nas localidades de Pessegueiro, Diogo Dias/Azinhal, Alcária Alta, Fonte Zambujo, Tacões, Castelhanos/Laborato, bem como na área do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR). -----

----- O vereador José Pereira frisou que apenas fez referência ao OP, uma vez que *“no passado o sr. presidente afirmou que a partir de agora ia fazer OP para auscultar a população, no sentido de criar uma transparência supostamente que não existia anteriormente”*, tendo feito de seguida uma pequena resenha sobre o mesmo, nomeadamente desde o seu início (2014), elencando as obras existentes e não terminadas em 2016, e como tal considera *“que não houve qualquer rigor neste projeto”*. Questionou, no âmbito das candidaturas efetuadas, a razão pela qual as mesmas não se encontram refletidas nas GOP. Continuou a sua intervenção efetuando uma análise ao Orçamento Municipal, colocando várias questões, nomeadamente se já foi adquirido terreno para o Canil Intermunicipal? sobre a ETAR dos Montes do Rio, bem como se a execução do Loteamento de Martim Longo demorará três anos (2017, 2018, 2019). -----

----- O presidente da Câmara salientou que *“não devemos dar o passo maior que a perna, e nós somos cautelosos na forma como prevemos as coisas”*. Apresentou de seguida as devidas explicações, sobre as questões apontadas, no que concerne à obra da Avenida de Martim Longo e Canil Intermunicipal. -----

----- O vereador José Pereira continuou a sua intervenção fazendo uma análise comparativa e detalhada do orçamento, no que respeita às várias rubricas existentes (Remodelação de Esgotos - Martim Longo, POSEUR, ETAR dos montes do rio, Abastecimento de Água, etc). Ainda referiu que é da opinião que existe falta de planeamento das obras e atividades, *“porque estamos a falar num dos documentos mais importantes para o município e para o futuro e os senhores estão numa de não saber ou não quer explicar”*. Findou solicitando esclarecimentos sobre o Projeto do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, tendo o presidente da Câmara esclarecido que o referido projeto prende-se com uma candidatura apresentada (Grupo Operacional), no âmbito das Jornadas do Mundo Rural. O vereador José Pereira lembrou que o projeto já integrava o

R

orçamento e GOP para o ano de 2016, como tal, considera que *“o mesmo não saiu das jornadas das florestas, foi aprovado no dia 30 de outubro de 2015”*. Questionou ainda a razão pelo qual *“desapareceu”* verba, na valorização do Castelo Velho de Alcoutim (2ª. fase), dado que estava previsto/programada avançar no ano de 2017. -----

----- O vereador Paulo Paulino esclareceu que a obra em questão só poderá ser executada recorrendo a fundos comunitários, e como não existe essa possibilidade *“não se avançou com a mesma”*. Terminou informando que a única possibilidade é de tornar o espaço visitável, e passa *“por pequenas reparações/arranjos”*. -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para fazer referência ao projeto de remodelação do Centro Náutico, nomeadamente pela rubrica se encontrar a zero, no ano de 2017, bem como solicitar explicação sobre a rubrica 310 (Agricultura, silvicultura, pecuária, caça e pesca). -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires esclareceu que de acordo com a Lei vigente os projetos inscritos nas GOP tem maturidade equivalente ao mandato dos respetivos órgãos, justificação pelo qual não existe praticamente dotação, nas colunas dos anos seguintes. -----

----- O vereador Paulo Paulino respondeu de seguida à segunda questão colocada, nomeadamente que a rubrica 310 prende-se com uma candidatura ao PADRE, dando como exemplo a construção de uma padaria, numa zona que não contemple infraestruturas (águas, esgotos), bem com a construção de cabril, ovis, onde não existe ligação de eletricidade. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para solicitar que lhe facultassem uma relação das diversas obras passíveis de candidatura, nos vários programas de apoio existentes, tendo igualmente referido que o vereador Paulo Paulino deveria conhecer pormenorizadamente as diferentes rubricas, bem como o valor referente a cada uma delas. -----

----- O vereador Paulo Paulino mencionou que iria proceder à entrega de uma relação das obras a candidatar e que não *“tem que saber de memória”* todas as rubricas. -----

----- O vereador José Pereira continuou, referindo que o atual executivo apenas tem três obras previstas nas GOP, o loteamento de Martim Longo, que

R

não se sabe quando é que acaba porque está previsto até 2019, a ETAR dos Montes do Rio, e a criação de hangares no parque industrial, contemplada com 150.000 €, que vem desde 2015, esperando que seja concluída em 2017, apesar de não concordar com este investimento. Continuou aludindo que de acordo com o explanado pelo sr. presidente, a segunda fase da avenida de acesso à EBI de Martim Longo possivelmente termina este ano, o que significa que uma grande parte da obra já está executada, estando previsto para 2017, 10.000 €, questionando se, apesar de estar no final de outubro, a 2 meses do fim do ano, *“só foi gasto naquela obra 2.000 €?”*. -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires explicou que essa é uma questão já identificada no ano transato, uma vez que a obra não estava cabimentada na rubrica da segunda fase da avenida, mas sim em arranjos paisagísticos, tendo transitado para aí posteriormente e que o orçamento é feito em 2016 para 2017, em termos de mapa os valores que aparecem nessa coluna são os valores executados até ao final do ano anterior. Acrescentou que no próximo ano, caso esse projeto transite, aparecerá nos valores executados. -----

----- O vereador José Pereira continuou a sua intervenção, frisando que existe uma incongruência entre a designação de uma das rubricas das GOP, a loja de artesanato, doces regionais e merchandising de Alcoutim, e o respetivo projeto que foi aprovado na última reunião de Câmara, que está relacionado com a exposição dos produtos endógenos. Questionou de seguida o motivo pelo qual existe nas GOP uma rubrica referente à recuperação da estalagem de Alcoutim, de 22.000 € para 2017, quando afinal o edifício está concessionado e o sr. presidente referiu que este era um problema resolvido. -----

----- O presidente da Câmara explicou que essa situação está relacionada com o caderno de encargos inerente ao processo. -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires acrescentou que o caderno de encargos refere que 204.000 € podem ser convertidos em obras, mas que conforme a lei do POCAL, não pode haver compensação de receita por parte da despesa, pelo que terá que se refletir a despesa por contrapartida da receita. Acrescentou que caso quem ficar a explorar a estalagem, queira deduzir, no 1º ano os 22.000 €, que é o valor das rendas, tem que se refletir na despesa /receitas. -----

----- O vereador José Pereira interrogou quando é que está prevista a abertura da estalagem e qual a renda mensal, tendo o presidente da Câmara frisado que até ao final do ano as obras deverão estar terminadas e que a renda mensal é de 1.710 €, tendo sido pagas as mensalidades desde o início do contrato. -----

----- O vereador José Pereira, referindo-se às funções económicas de turismo, espetáculo de música e teatro e outros, questionou se o Festival do Contrabando tem um investimento de 70.000 € a fundos comunitários, (70% a fundos comunitários), isto é um valor de 125.000 €. Mencionou de seguida que a questão da reabilitação do edifício do espaço cidadão lhe causou alguma confusão, uma vez que uma obra que custa *“200 e tal mil euros”* tem um valor para 2017 de 60.000 €, quando foi investido até dezembro de 2015 10.596 €.--

----- O vereador Paulo Paulino elucidou que os 10.000 € foi a despesa feita até 2015 no anterior espaço cidadão, *“tudo o que foi lá investido, o equipamento e as melhorias introduzidas, isto é, trata-se de um projeto único”*.

----- O vereador José Pereira salientou para terminar *“apesar de não ter obtido respostas na maioria das minhas questões e das minhas dúvidas, e das incongruências do orçamento e das grandes opções do plano tem, podíamos ser esclarecidos de outra forma, isto e voltando a referir palavras do sr presidente, que haja rigor na apreciação e transparência, uma vez que parte da informação não chega e os senhores não nos sabem dar. Esperava uma estratégia clara e que me fossem explicadas as dúvidas que temos, limitaram-se a empurrar para os programas comunitários, sem nós sabermos que programas comunitários são esses, que tipo de investimentos é que estão nesses programas”*. Ainda referiu que *“verificamos que a maior parte dos valores da despesa são gastos com o funcionamento da Câmara, isto é despesas correntes, em relação a despesas de capital, é um orçamento que na minha opinião devia estar mais equilibrado e como referi em tempo de crise, deviam ser contidos nos gastos, para evitar que em vez de irmos aumentando as despesas corrente, ou seja o funcionamento da câmara, deveríamos ir aumentando o investimento, e para 2017 os senhores tem completamente o contrário”*.-----

----- O vereador José Galrito esclareceu algumas questões levantadas, iniciando a sua explicação pelo OP, que inicialmente previa a edificação do

R

muro por administração direta, contudo, devido a vicissitudes relacionadas com os recursos humanos, não foi possível concluir dentro do prazo previsto, tendo-se optado pelo seu acabamento através de empreitada. Devido a essa situação, frisou que não era de todo racional encetar uma nova fase do OP sem que as obras se encontrassem completamente terminadas. Relativamente à questão da qualidade da água aludiu para os compromissos que foram assumidos perante a ERSAR para resolver algumas situações de incumprimentos, de modo a evitar que fossem aplicadas coimas ao Município, foi executada a conduta de abastecimento a Lutão e Penteadeiros, por administração direta, que era a que carecia de mais premente execução. -----

----- O vereador José Pereira referiu que essa conduta já estava prevista executar no anterior mandato.-----

----- O vereador José Galrito insistiu que a qualidade da água sempre foi uma preocupação do atual executivo, tendo encetado reuniões com empresas da especialidade, com o objetivo de estudarem as possibilidades de instalarem estações de tratamento em algumas localidades. -----

----- O vereador José Pereira retorquiu, mencionando que no anterior mandato também já tinham sido estabelecidos contactos com empresas para a mesma situação. Acrescentou que todos sabem que a qualidade da água é uma questão de complicada resolução e que os prazos estabelecidos pela ERSAR para debelar as situações de incumprimento por vezes é impossível de cumprir. Acrescentou que o que o senhor vereador José Galrito está a afirmar o assunto de forma “*demagoga*”. -----

----- O vereador José Galrito continuou, frisando que após a reunião com as empresas da especialidade foi aberto um concurso com vista à aquisição de estações de tratamento de água em Velhas, Soudes, Zambujal, Jardos, Arrizada, Barroso, Bentos e Corte Serranos, tendo sido convidadas duas empresas, a HUBEL e a Albombas, tendo ganho a segunda. -----

----- O vereador José Pereira afirmou que já existiam anteriormente contactos com uma empresa e que concordava com a instalação dessas estações de tratamento, discordando apenas que as mesmas fossem instaladas em contentores de chapa, que se deterioram facilmente e que têm um impacte visual negativo nas localidades. -----

R

----- O vereador José Galrito elucidou, em relação à ETAR de Montes do Rio, que no início do atual mandato autárquico foi solicitada uma reunião com a administração da Águas do Algarve, S.A., nomeadamente com a Dr.ª Isabel Soares, com vista à concretização de tal infraestrutura, tendo sido decidido entre as partes *“chamar a nós”* esse processo. Posteriormente a Águas do Algarve remeteu-nos o projeto existente, que teve que sofrer alterações, e comprometeu-se em adquirir a ETAR logo que a mesma esteja concluída. Contudo, quando o Município iniciou o processo de aquisição dos terrenos concluiu que a Águas do Algarve nunca tinha entrado em contacto com os proprietários, daí os atrasos no início das obras e o facto de *“ela ter aparecido no ano passado, e de voltar a aparecer, a verdade é que este emaranhado aqui de documentos tem-nos levado a que isto tenha sido adiado, esperando que isto agora num futuro muito próximo; se possa concluir”*. -----

----- O vereador José Pereira referiu que o processo da ETAR é anterior à gestão da Dr.ª Isabel Soares, sendo já da época do Dr. Artur Ribeiro a questão de que a Águas do Algarve não tinha hipóteses de a executar, pelo que já nos orçamentos municipais anteriores, em 2013 ou 2012, estava contemplada. -----

----- O vereador Paulo Paulino afirmou que, ao invés das acusações de despesismo perpetradas pelo vereador José Pereira, neste orçamento foi conseguida uma poupança de cerca de 600.000 € em corrente, *“tendo em conta aquilo que é transferido do estado, e foi transferido de correntes para capital”*. -----

----- O vereador José Pereira informou que essa situação já acontecia no passado, pelo que o vereador Paulo Paulino mencionou de seguida *“que era ao contrário, isto é, houve foi passagem de capital para correntes”*, tendo o vereador José Pereira afirmado que isso é proibido. -----

----- O vereador Paulo Paulino acrescentou que existe outra situação que faz aumentar as correntes, que se prende com os protocolos, que estavam incorretamente classificados como capital e agora passaram para correntes, o que envolve verbas avultadas. Asseverou que *“há uma poupança, e que existe preocupação realmente por parte do executivo, em tentar cortar em correntes, é isto que nos guia, para podermos aumentar o investimento”*. -----

----- O presidente da Câmara complementou, frisando que entre a página

10 e 39 do documento de gerência de 2015 dá nota e justifica as opções tomadas, contrariando aquilo que aqui foi dito. Referiu igualmente que a preocupação que houve para transferir para correntes aquilo que era classificado em capital, fez aumentar a despesa corrente, mas por outro lado, também dá uma leitura muito mais real do investimento, quando efetivamente se estava a atribuir dinheiro que não era para investimento, mas para despesas correntes, e os resultados em 2015 refletem que *“tivemos em receitas correntes 6.671.000 €, e na despesa corrente 5.781.000 €, receitas de capital 1.478.000 €, despesas de capital 2.152.000 €, se formos para 2014 a tendência é a mesma, 2013, em receitas correntes, 6.016.000 €, e na despesa corrente...”*. Mencionando que *“se nós olharmos para 2012, isto é o inverso, em 2011 é o inverso, onde digamos existe aqui um desequilíbrio orçamental, porque as despesas de correntes são superiores as receitas correntes”*. -----

----- O vereador José Pereira frisou que não foi esse aspeto que referiu, mas que comparou 2015 com 2016, através dos mapas e documentos do orçamento e GOP, verificando que a despesa corrente aumentou em relação ao ano passado. Acrescentou que 2015/2016 ou 2016/2017, não é 2015, tem um aumento das despesas correntes de aproximadamente 406.000 €. Esta situação encontra-se refletida nos mapas que irão ser apresentados à Assembleia Municipal, *“que irá verificar que as despesas correntes estão a aumentar em relação ao investimento, ou capital, e isso é preocupante no futuro”*.-----


----- O vereador Paulo Paulino mencionou que o que importa referir *“é a preocupação em aumentar o investimento e a poupança de 600.000 €”*.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (dois) votos contra dos srs. vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----

Apresentaram a seguinte declaração de voto, que se passa a transcrever: *“As grandes opções do plano e orçamento são os documentos que nos apresentam as principais orientações, prioridades, opções de investimento e a estratégia a implementar no município. Em 2015, o Senhor Presidente afirmou, que estava a operacionalizar uma política de desenvolvimento económico, que o combate à desertificação era uma prioridade e passava pelo incentivo da camada jovem à sua fixação, que o orçamento participativo pretendia o envolvimento dos*

R

munícipes na definição de prioridades de investimento e contribuía para aumentar a transparência da atividade governativa. Em 2015 afirmamos que a crise que afeta o País aliada aos problemas de despovoamento acelerado, falta de emprego, dificuldade em captação de investimento privado e dificuldades no acesso a melhores condições de saúde que afetam Alcoutim, exigiam um orçamento com uma estratégia política de desenvolvimento que combata a curto prazo todo este flagelo. Pouco ou nada foi feito nesse sentido, daí que se esperasse, para 2016 e 2017 uma estratégia de ação com propostas credíveis e concretas. Em 2016 apresentaram-nos um documento, que não foi de encontro à resolução dos problemas dos munícipes, para 2017 e com a possibilidade de recorrer a fundos comunitários, continuamos a constatar uma ausência de estratégia económica clara, na proposta de orçamento para 2017. Consideramos por isso que as prioridades deverão ser no âmbito do investimento que possa criar emprego a curto prazo e no apoio às famílias. Trata-se, mais uma vez de um orçamento, dos mais baixos orçamentos do poder local em Alcoutim e no entanto o que se prevê realizar é pouco mais que nada. Nem uma palavra sobre operacionalização de política de desenvolvimento económico, combate à desertificação e orçamento participativo para 2017. Tudo medidas que o Senhor Presidente considerava de extrema importância e a implementar, mas que já não interessam. Convém lembrar que este é já o quarto Plano e Orçamento apresentado por este executivo permanente e que pouco ou nada, nos apresenta de novo. Os poucos investimentos previstos a iniciar em 2017, nomeadamente, a Etar dos montes do rio e a construção de dois hangares na zona industrial, já eram prioridade em 2015. Terminam os quatro anos de mandato, sem que tenham realizado qualquer investimento de relevância da vossa autoria ou projetado por vós. As grandes opções do plano e proposta de orçamento para 2017 não apresentam uma visão estratégica para o futuro do concelho e que acaba gerido ao dia. Constatamos que em termos de investimentos em: Abastecimento de Água verifica-se a ausência investimento; Saneamento Básico, ausência de investimento em novas obras, apenas, mais um ano a prever iniciar a Etar dos montes do rio, quando era uma prioridade em 2015; Proteção do meio ambiente e conservação da natureza verifica-se a ausência de qualquer investimento; Cultura, desporto,



recreio e lazer ausência de qualquer investimento de referencia quando previa em 2016, valorização do castelo velho de Alcoutim e a remodelação do Centro Náutico; Transportes rodoviários verificamos a ausência de verbas para a construção e reparação de estradas e arruamentos, limitando-se apenas a terminar a Avenida de Martim longo, era uma prioridade em 2014; Ação Social preveem despesar 15.000 € com o Lar de Martim longo, obra iniciada em 2013 e que não se percebe porque ainda não terminou; Industria e energia preveem despesar 150.000 € na construção de hangares que têm sido prioridade desde 2015; Turismo ausência de investimento, e tanto que falam em turismo. A falta de estratégia política de desenvolvimento desta governação, confirma-se com a ausência de investimentos em áreas tão importantes, não se vislumbrando novas iniciativas, verificando-se uma total ausência de planeamento e de ideias. Apresentam-nos um orçamento com um valor total de 7.823.731 €, onde as receitas correntes são de 7.100.536 € representando 90,76% e as receitas de capital 713.195 €, sendo 9,12% do total do orçamento, enquanto as despesas correntes representam 79,67%, ou seja, 6.233.325 €, mais 405.998 € que em 2016 e as despesas de capital 1.590.406 €, 20,33% do total das despesas, menos 358.156 € que em 2016. Entendemos que em momentos de crise, a Câmara Municipal, e nomeadamente o Senhor Presidente, mais do que juntar-se ao rol de queixas e lamentos, deve assumir-se como protagonista da mudança e agente decisivo de progresso e desenvolvimento. É isso que os Alcoutenejos esperam de uma Autarquia e de um Executivo competente, proactivo e atento. Após uma leitura atenta aos documentos temos de confessar que esperávamos mais. Esperávamos uma estratégia clara, uma estratégia de desenvolvimento de progresso e afirmação do concelho na região. E isso não existe. Uma estratégia que acreditamos ser possível de elaborar e concretizar e que confira uma dinâmica que corresponda às expectativas dos Alcoutenejos em matérias como o emprego e o desenvolvimento económico, à fixação da população, o desenvolvimento de políticas sociais ativas ou o desenvolvimento e projeção cultural e turística do concelho. Afirmamos em 2016 e voltamos a afirmar hoje, são documentos condicionados pelas dificuldades, são. Mas, são igualmente o espelho de uma determinada opção política com a qual não nos identificamos. Seria desejável que num período de maiores dificuldades se procurassem

alternativas de financiamento para novos investimentos que permitissem acrescentar qualidade de vida aos cidadãos do nosso Concelho. Mas não. Na apreciação que fazemos, verificamos que no capítulo da despesa, as despesas correntes representam 80 %, enquanto as despesas de capital apenas 20% do total do orçamento. Constatamos em 2016 que não existiu esforço para regular a despesa corrente, que se estavam a assumir compromissos financeiros in comportáveis e não foram criadas as condições necessárias para potenciar as receitas, e voltamos a demonstrar em 2017 a mesma preocupação. Nunca no passado em gestão do PSD, tal aconteceu, haver uma discrepância tão grande entre despesas de funcionamento da própria Câmara e despesas de investimento. É aqui que se verifica a grande deficiência deste Orçamento. Denota-se uma governação sem capacidade de trazer esperança às pessoas, sem visão estratégica, inovadora e com perspetivas de longo prazo. Em tempos de crise e quando se pede contenção, os gastos com o funcionamento da câmara atingem valores excessivamente altos, e não entendemos, quando a prioridade é aumentar as despesa correntes e diminuir o investimento. A ausência de investimentos em obras, que consideramos prioritárias, com vista ao desenvolvimento económico do município e por sua vez à criação de emprego a curto prazo, deixam-nos pessimistas quanto ao futuro das gentes do concelho. Considerando o atrás explanado, votamos contra". -----

----- AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O ANO DE 2017:

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta para que este Órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, delibere igualmente solicitar à Assembleia Municipal que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do artigo 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, na autorização prévia genérica favorável à assunção de

R

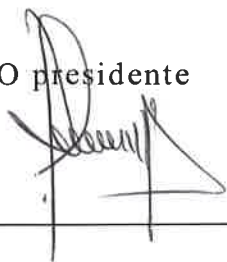
compromissos plurianuais pela Câmara Municipal abranja ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de € 75.000,00 (setenta e cinco mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos, e que a emissão prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo Órgão deliberativo seja dada na condição que, além das condições previstas acima, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 81/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, bem como que delibere que na sequência do pedido de autorização prévia formulado, seja igualmente autorizado a delegar no presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter contínuo e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 e 2, até ao montante permitido por Lei, no âmbito do regime de contratação pública. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Drª. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara (extraordinária) de 31 de outubro de 2016, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas dezasseis horas e onze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O presidente



O Secretário

